

Importância estratégica

por Marcos Magalhães
de Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal tem uma importância estratégica para o governo federal. É ela que aprova inicialmente as indicações dos ministros do Tribunal de Contas da União, além do presidente e dos diretores do Banco Central, que depois devem passar pelo plenário do Senado. Também compete à comissão opinar sobre pedidos de autorização para empréstimos externos e a fixação dos limites para o montante da dívida consolidada da União.

Os 25 senadores que compõem a comissão deverão ser sempre ouvidos quando estiverem em tramitação projetos-de-lei que criem tributos ou empréstimos compulsórios, majorem tarifas ou alterem normas gerais de direito tributário, financeiro e econômico, também tramitam pela Comissão quaisquer projetos que afetem as políticas de crédito, câmbio, seguro e comércio exterior, ou modifi-

quem regras do sistema monetário, da poupança e da propaganda comercial.

Encontram-se em pauta hoje na comissão 26 projetos. O primeiro de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), modifica radicalmente o sistema de comercialização de combustíveis, revogando privilégios concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo a empresas distribuidoras.

Também está pronto para ser votado um projeto do atual líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (ES), através do qual ele pretende proibir pagamentos do serviço da dívida externa superiores aos valores estipulados pelo mercado secundário. Existe até mesmo um projeto de autoria do vice-presidente da República, ex-senador Itamar Franco, que propõe a submissão a prévia autorização legislativa de toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.